

1 Ata da **Sessão Ordinária** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
2 Adolescente de Campinas, realizada ao **primeiro dia do mês de abril de dois**
3 **mil e quatorze**, às quinze horas, em sua sede sito à Rua Ferreira Penteado, nº
4 1.331- centro. Estiveram presentes os Conselheiros **representantes do Poder**
5 **Público** – Titulares: Maria José Geremias, Denise Fonseca de Moraes e Eliane
6 Márcia Martins Tortello – e seus suplentes: Carmem Magda Ghetti Senra e
7 Marcelo Reginaldo Rodrigues de Lima. Conselheiros **representantes da**
8 **Sociedade Civil** – Titulares: Cláudio Roberto Raizaro, Dettloff von Simson
9 Junior, Marcos de Figueiredo Ebert e Joana Ivete dos Santos Campoy –
10 suplentes: Luiz Carlos Prado Lopes, Cristiane Maria Correia, Simone Rita da
11 Conceição e Lilian Oliveira Rodrigues. Justificaram a ausência os seguintes
12 conselheiros(as): Ademar de Campos, Luís Carlos Menge, Ubirajara Dias de
13 Andrade, Renata Ferreira Baronti, Alexandre Sônego de Carvalho, Maria
14 Aparecida Giani Oliva Modesini Barbosa, Ana Lúcia da Silva Batista e Maria
15 Madalena Meloni de Oliveira. Estiveram presentes os seguintes convidados:
16 Carleides Pessoa Costa (Conselho Tutelar Sudoeste), Adriana Postal
17 (Embaixadores da Prevenção), Margareth M. A. Wolf (Patrulheiros Campinas) e
18 Vanderlita Marques (Patrulheiros Campinas). A presidente, Maria José, deu
19 início à sessão apresentando o primeiro ponto de **pauta para Deliberação do**
20 **Colegiado: 1- Aprovação da ata do mês de março/2014.** Não foi
21 apresentada a ata do mês de março para apreciação e aprovação do
22 colegiado. **2- Destinações eventuais e periódicas ao FMDCA, dos meses de**
23 **janeiro e fevereiro de 2014.** Após explicação e apresentação do relatório
24 referente às destinações dos meses de janeiro e fevereiro 2014 pelo
25 conselheiro Marcos Ebert, inclusive disponibilizando a circulação do relatório
26 para que os presentes pudessem ter maior apropriação do assunto em
27 discussão, foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade. **3 -**
28 **Alteração de planos de aplicação e cronogramas de diversas entidades.**
29 Maria José explica que no momento não está sendo possível utilizar o recurso
30 do FMDCA para solicitação de material permanente e de construção / reforma.
31 No entanto, a SMCAIS já está providenciando dispositivo legal para poder
32 viabilizar a solicitação de tais itens. A conselheira Eliane acrescenta que essa
33 regularização se dará via Decreto do Prefeito por intermédio de Recurso de
34 Auxílio. Com relação ao Cronograma de Desembolso que especificava os

35 meses para o recebimento do recurso, deverá agora constar o número total de
36 parcelas a serem recebidas e não mais detalhar os meses específicos. Maria
37 José apresenta a relação das entidades que realizaram a adaptação do Plano
38 de Aplicação e do Cronograma de Desembolso, a saber: NAS – Núcleo de
39 Ação Social; Sociedade Feminina de Assistência à Infância - Creche Bento
40 Quirino; Centro Infantil de Investigação Hematológica Dr. Domingos A. Boldrini;
41 Serviço Social Nova Jerusalém; Centro Sócio Educativo Semente Esperança;
42 Associação Anhumas Quero-Quero; Casa da Criança Parálitica de Campinas;
43 Instituto Arnea, Aldeias Infantis; Associação Nazarena Assistencial; Associação
44 de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campinas – APAE; Casa Maria de
45 Nazaré; Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Campinas –
46 APASCAMP; CAIS; Centro Espírita Allan Kardec; Centro Comunitário Irmão
47 André – CECÓIA; Sociedade Campineira de Instrução e Educação – Puc-
48 Campinas; Serviço Social da Paróquia São Paulo Apóstolo – SPES. Em regime
49 de votação foi aprovado por unanimidade. Também colocou-se em votação a
50 situação das entidades: Centro de Controle e Investigação Imunológica Dr.
51 Antonio Carlos Corsini; Casa da Criança Parálitica de Campinas e Associação
52 Beneficente Campineira pois não tiveram tempo hábil para utilizar o recurso em
53 2013 e, por isso, realizaram a devolutiva do recurso e estão novamente
54 solicitando o recurso para o ano de 2014. Por tratar-se do mesmo objeto
55 apresentado em 2013 e, pelos Planos de Aplicação e Cronograma de
56 Desembolso estarem de acordo com as atuais exigências da Resolução
57 006/2014 deste CMDCA foram aprovadas por unanimidade. **4 - Ofício da**
58 **Fundação Gerações-Prot.128/2014.** Retornou para discussão na Diretoria
59 Executiva. **5 – Solicitação de Registro das entidades: Hospitalhaços e**
60 **Instituto de Cultura Baobá.** O conselheiro Cláudio, coordenador da Comissão
61 de Registro/CMDCA, fez a apresentação das duas entidades em questão, bem
62 como as ações realizadas pela Comissão de Registro que, após análise,
63 constatou-se que as documentações das entidades encontram-se em
64 conformidade com as exigências da Resolução 009/2013 deste CMDCA e,
65 tendo recebido pareceres favoráveis das Secretarias Municipais acerca das
66 visitas realizadas com as entidades, a Comissão de Registro encaminha para o
67 Colegiado com parecer favorável para a concessão inicial do Registro. A
68 conselheira Cristiane solicitou a palavra e fez alguns apontamentos sobre o

69 Instituto Baobá. Informa que conhece relativamente bem a região Noroeste do
70 município – inclusive trabalha em uma entidade que desenvolve suas
71 atividades nessa região – e que nunca ouviu dizer sobre essa entidade ou de
72 crianças/adolescentes que a tivessem frequentado. Outra questão refere-se ao
73 trabalho Quilombola que a entidade informa realizar e, novamente, Cristiane
74 informa desconhecer a realização de tal atividade no nosso município. O
75 conselheiro Cláudio agradeceu os apontamentos pertinentes e relevantes
76 realizados pela conselheira Cristiane ressaltando que o objetivo de se trazer
77 para o Colegiado essa pauta é o de justamente proporcionar aos demais
78 conselheiros e participantes sua contribuição acerca do conhecimento que têm
79 das entidades apresentadas. Os conselheiros Dettloff, Eliane e Maria José
80 reforçaram que quando é levantada alguma situação duvidosa sobre a entidade
81 que está pleiteando o Registro ou sua Revalidação que cabe à Comissão de
82 Registro realizar uma análise mais minuciosa para constatar a veracidade ou
83 não dos apontamentos realizados sobre a entidade e, no caso do Instituto
84 Baobá, já podemos acordar que, caso o colegiado aprove a concessão inicial
85 do seu registro, para a concessão definitiva obrigatoriamente a Comissão de
86 Registro deverá visitar a entidade para obter maior subsídio para averiguar se
87 cabe ou não conceder o seu registro definitivo. Todos concordaram com o
88 encaminhamento e, em regime de votação, foi aprovado por unanimidade a
89 concessão do registro inicial das duas entidades em questão. Foi feito o convite
90 aos presentes para participarem, caso desejarem, da visita ao Instituto Baobá,
91 na ocasião da concessão do registro definitivo. As conselheiras Cristiane e
92 Joana colocaram-se à disposição para acompanhar a Comissão de Registro na
93 visita. **6 – Embaixadores da Prevenção.** Uma de suas representantes, Sra
94 Adriana, esteve presente na Sessão e pediu a palavra para solicitar que os
95 Embaixadores da Prevenção pudessem realizar uma apresentação aos novos
96 conselheiros desse mandato. Trata-se de informar a ação que os
97 Embaixadores pretendem realizar para este ano de 2014. Ficou acordado que
98 a apresentação ocorrerá na Sessão Ordinária do mês de maio próximo. **7 –**
99 **Evento 18 de Maio.** Maria José explicou que trata-se do Dia Nacional de
100 Combate a Exploração Sexual de Crianças / Adolescentes. Para maiores
101 esclarecimentos solicitou que a conselheira Cristiane, coordenadora da
102 Comissão de VDCCA / CMDCA, comentasse melhor sobre o evento. Cristiane

103 após contextualização do evento e da sua importância, lembrou que o evento
104 está bem próximo e que estão se esforçando o máximo para conseguirem a
105 sua realização. Para tanto, informa que será necessário o recurso no valor R\$
106 45.000,00 para a sua realização. Cristiane informou que a entidade Direito de
107 Ser aceitou realizar a gestão do recurso do evento. O conselheiro Dettloff
108 informou que se faz necessário o máximo de urgência a elaboração e
109 apresentação do Plano de Aplicação para ser apresentado já na próxima
110 Sessão Extraordinária. Maria José colocou em votação o valor do recurso
111 acima solicitado para a realização do evento e foi aprovado por unanimidade
112 pelos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, a presidente Maria José
113 encerrou a sessão e eu, Cláudio Roberto Raizaro, lavrei a presente ata.